



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 46 - 2ª Quinzena de março de 1993 - Cr\$ 5.000,00

Não à privatização da CSN !

Ocupar as estatais sob ameaça de privatização para impedir a desestatização e impor o controle operário da produção

Formar a Frente Revolucionária Antiimperialista para expulsar o imperialismo !

Quem consegue sobreviver com um Salário Mínimo de um milhão e setecentos mil cruzeiros ? Quem consegue arrumar emprego com a recessão ? Quem aguenta um custo de vida subindo mais de 30% ao mês ?

A CUT deve chamar já uma

Campanha Nacional de Lutas pelo Salário Mínimo Real de 9 milhões de cruzeiros e fim do desemprego !

A campanha do plebiscito procura enganar as massas com a falsa oposição entre presidencialismo e parlamentarismo. A verdade é que são dois sistemas de governo que mantêm a ditadura de classe da burguesia e a exploração do trabalho.
Rejeitemos a farsa

**Nem
presidencialismo,
nem parlamentarismo!
Voto Nulo, por um
Governo Operário e
Camponês**

Uma nova sucessão na crise política

RESPONDER COM A LUTA DE MASSA

A queda do ministro da Economia Paulo Haddad não foi novidade. Ela é parte das crises sucessivas ministeriais. Pouco antes, havia caído o Ministro do Planejamento Krauser. O governo de Itamar nasceu da desintegração do governo Collor, arrastando consigo toda a instabilidade do regime político. Em pouco tempo no poder do Estado, Itamar demonstrou-se continuísta da política traçada por Collor. Mantém o Plano de Desestatizações, ampliando-o; persiste na política monetária recessiva, com altas taxas de juros e prioridade à especulação financeira; sustenta a política salarial de miséria, com reajuste discriminado por faixas e bimestral, numa inflação de 30% ao mês e com um salário mínimo de pouco mais de 70 dólares; e a corrupção no seu governo também anda solta.

Os ministros da área econômica, Krauser e Haddad, representavam, no núcleo governamental, a incapacidade de Itamar romper com o curso traçado por Collor. Determinadas medidas continuaram a dividir a burguesia, como o Plano de Desestatização, a reforma fiscal com a adoção do IPMF e a política monetária recessiva. Como os ministros econômicos não puderam, neste quadro de divisão, conter a inflação e o caos financeiro da União, caíram. A resistência dos banqueiros, dos grandes e pequenos capitalistas industriais e dos poderosos especuladores ao IPMF acabaram por minar a autoridade de Haddad.

A surpresa com que a maioria dos partidos receberam a nomeação de Eliseu Resende - ex-ministro da ditadura militar de Figueiredo e homem claramente ligado ao esquema de corrupção estatal - reflete o isolamento de Itamar num círculo fechado da camarilha do poder. Porém, como a política burguesa e seus partidos estão decompostos, corrompidos e compromissados com a linha antinacional e antipopular, da surpresa passaram à aceitação. O PSDB imediatamente procurou a negociação a ampliação de sua influência no poder; o

PMDB segue o mesmo caminho; o PT protestou, mas mantém sua presença indireta através do Ministro do Trabalho Walter Borelli; o PFL e PDS não têm nada contra um representante da ditadura militar e da corrupção.

O fato é que o governo Itamar é fruto de um aborto, cujos responsáveis são todos os partidos que aprovaram o impeachment. Acham-se na responsabilidade de sustentar a qualquer preço sua governabilidade, afinal de contas trata-se de um governo da burguesia em completa crise. Entretanto, na câmara dos deputados, veio à luz do dia um projeto do PDS, que prevê a substituição de Itamar em caso de renúncia. A possibilidade de que este governo não chegue ao fim está nos cálculos dos partidos patronais.

O certo é que Itamar não tem como compor efetivamente um governo de unidade nacional, como inicialmente pretendeu, utilizando-se do impeachment, apoiado popularmente. Isto porque não pode enfrentar a crise econômica brasileira, que está condicionada pela desagregação da economia mundial capitalista, sem que seja através de medidas econômico e socialmente catastróficas. Sob seu governo pesam as mãos das potências imperialistas, que exigem mais entrega de ramos fundamentais da produção, pagamento em dia da dívida externa e aplicação de planos recessivos. Tais condições continuam a gerar divisão no interior da classe burguesa. E os choques de interesses intercapitalistas provocam sucessivas crises ministeriais.

Enquanto os conflitos permanecem no âmbito das instituições parlamentares e do poder executivo, as mudanças ministeriais e a recomposição de forças partidárias no comando empurram a crise para a frente. Entretanto, a tendência é os choques extravasarem os limites da cúpula. Há indícios de conflitos no interior das forças armadas. Uma parcela da oficialidade reclama dos soldos, exige privilégios igual ao da alta burocracia governamental, está descon-

tente com o desaparecimento do exército e, principalmente, por sua tradição de poder tutelar do Estado reclama a participação nas decisões do país.

As greves policiais, como a de Rondônia que contestou abertamente o governo estadual, são mais um fator do quadro de decomposição do Estado burguês. Estes focos de crise revelam um potencial explosivo da situação, que pode ganhar uma amplitude inesperada.

A contenção do descontentamento dos assalariados, esmagados pela recessão, desemprego e corrosão salarial inflacionária, pela política da burocracia sindical (CUT, CGT, FS), é responsável pelo fato da crise política permanecer sob o controle da burguesia e seus partidos. A crise do governo burguês é positivo para as massas trabalhadoras, porém é necessário que as soluções saiam das mãos da burguesia e passem para as da classe operária. Isto quer dizer que temos de vencer as barreiras da conciliação de classe das direções sindicais corrompidas pela política patronal, que têm imposto a paralisia do movimento de massa.

Neste exato momento, procuram arrastar os sindicatos por detrás do plebiscito burguês de reforma parlamentarista ou conservação presidencialista. Duas expressões do poder e da governabilidade da burguesia sobre a maioria explorada. Devemos rechaçar tal manobra levantando a bandeira do voto nulo e de uma campanha nacional de luta por salário, emprego, fim das desestatizações, expulsão do imperialismo e abaixo o governo reacionário de Itamar. É dever dos oprimidos levantar sua bandeira própria de governo, ou seja, o governo operário e camponês.

Abaixo o governo burguês opressor e em crise! Por um governo operário e camponês da maioria nacional e oprimida. Construir o Partido Operário e Revolucionário em resposta à desintegração do capitalismo e do Estado burguês.

O receio da convulsão social

Em aula inaugural da Escola Superior de Guerra, o almirante Hernani Goulart Fortuna, referiu-se à necessidade de uma "revolução da economia brasileira" e ao receio de que "a recessão prolongada pode causar uma convulsão social". Reconheceu que as relações mundiais têm sido desfavoráveis para o Brasil, o que tem provocado retrocesso econômico, e chamou atenção para o perigo de mais uma nova década perdida. Observou a falência de medidas econômicas, que só têm feito agravar o quadro da crise. Ao mesmo tempo, o almirante procurou amenizar suas observações, dizendo que não era motivo de "atitudes terceiro mundistas", ou seja, nacionalistas.

O exército e sua Escola Superior de Guerra são criaturas da burguesia, servem ao Estado para combater a convulsão social e sustentar o sistema econômico de exploração do trabalho. Como tal, expressam posições de distintas frações da burguesia, cujos extremos máximos são nacionalismo e

pró-imperialismo.

O almirante, ao fazer reservas às "atitudes terceiro mundistas", mostra a adaptação de uma grande parcela da oficialidade às potências imperialistas, que exploram e oprimem às semicolônias, como o Brasil. E, ao alertar para o perigo da convulsão social, coloca-se na reação contra as forças sociais capazes de fazer a almejada "revolução da economia brasileira".

A burguesia nacional caducou como classe dirigente para cumprir essa tarefa, que significa desenvolver as forças produtivas nacionais em choque com o controle mundial do imperialismo. De fato é preciso uma revolução econômica para tirar o país do atraso e pôr fim à miséria. Porém, ela será feita pelo proletariado e pela maioria nacional através da convulsão social. Parte da tropa vinculada aos anseios populares passará para o lado da revolução proletária.

Itamar na rota das Privatizações

A nomeação do Secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Luiz Carlos Delbem para a presidência do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetiva acelerar o Plano Nacional de Desestatização. O presidente anterior do Banco esteve sob a acusação de retardar o processo de privatização.

Itamar, para mostrar sua disposição de pôr fim ao controle do Estado sobre parte da economia, exigiu de Delbem que assegure a venda da CSN para início de abril e da Poliolefinas em 19 de março. O objetivo maior das privatizações ainda está guardado. Trata-se de acabar com o monopólio da Petrobrás e leiloar todo o sistema petrolífero.

As divergências no interior da burguesia e das Forças Armadas não permitiram que tal

exigência radical do imperialismo se cumprisse. Porém, esta é a meta final do processo privatizante. A desestatização favorece as grandes multinacionais e setores do capital nacional consorciados com o capital estrangeiro. O maior controle da economia pelo imperialismo provocará mais atraso ao Brasil semicolonial e mais dependência.

O entreguismo de Itamar é indisfarçável. O falso argumento do PCdoB de que Itamar tem tendências nacionalistas, para justificar seu apoio indireto, como faz o PT, fica desmascarado. A resposta operária é a defesa do estatismo contra a intervenção do imperialismo. É necessário armarmos um movimento nacional antiimperialista sob a direção da classe operária. Nada de Privatizar! Ocupar as fábricas e impor o controle operário da produção!

Crise nas Privatizações

A demissão do presidente do BNDES mostra a crise no processo de privatização das estatais. Desde a posse de Itamar, o governo não conseguiu avançar significativamente no processo de privatização, apesar das iniciativas que favorecem francamente o capital estrangeiro e dos limites impostos aos fundos de pensão.

Diante da aceleração da crise econômica e das pressões do imperialismo, o governo precisa avançar mais rapidamente, inclusive incluindo mais estatais no programa de desestatização.

A primeira atitude do novo presidente foi confirmar a venda da Poliolefinas e da Companhia Siderúrgica Nacional. Itamar quer acelerar o processo de entrega das estatais, para arrecadar dinheiro suficiente para saldar os compromissos com o FMI e os credores estrangeiros.

Para que as estatais não sofram os processos de redução da mão-de-obra, através das demissões, como vem ocorrendo com a Usiminas, nem prejudiquem ainda mais a economia com a redução da produção, é preciso barrar as privatizações. Para acabar com a corrupção e fazer as estatais se colocarem de acordo com os interesses da maioria oprimida é preciso impor o controle operário da produção. Isso tudo só se consegue com a ação direta das massas, com a luta contra a burguesia e o imperialismo.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

O governo não disse que não haveria desemprego com a privatização?

O início das demissões na Usiminas demonstra o que espera os trabalhadores das estatais, que estão sendo privatizadas. A venda das estatais responde às imposições do imperialismo, que pretende adquiri-las a preço de banana, em troca de papéis da dívida externa. Para o capital estrangeiro, trata-se de colo-

car as forças produtivas nacionais ainda mais sob seu controle, conseqüentemente também o mercado nacional.

Quando as estatais são privatizadas, se voltam exclusivamente para os interesses do capital estrangeiro. E o que ele pretende? Aumentar a produtividade (produzir mais com menos gente) des-

de que isso não atrapalhe a própria produção e economia das metrópoles. Com as altas taxações do aço nos Estados Unidos, a tendência do mercado internacional é a recessão. Por isso, diminuição da produção da Usiminas. Quem pagará por isso são os funcionários e suas famílias, através do desemprego.

Também, para defender o emprego, é preciso se opor às privatizações. A entrega das estatais só vai aumentar a dependência do país e a opressão nacional e social. Os primeiros a assumirem essa luta devem ser os próprios operários. Cabe à CUT generalizar esse movimento que aponta para a luta antiimperialista.

Nem Parlamentarismo, nem Presidencialismo, nem Monarquia

Votemos Nulo

A disputa entre a Frente parlamentarista e Presidencialista pelos votos no plebiscito de abril já deixou claro as manipulações e politicagens dos partidos burgueses. Os parlamentaristas acusam o presidencialismo de ser centralizador e autoritário, enquanto que o parlamentarismo seria democrático. Os presidencialistas dizem que autoritário e antidemocrático é o parlamentarismo, que impede a eleição direta do presidente e coloca o exercício do poder num Congresso fisiológico. Os monarquistas nem é preciso insistir no seu total reacionarismo, tão ligados que estão à TFP.

O que todos os partidos desavergonhados não podem dizer é que tanto o regime parlamentarista quanto presidencialista são poderes políticos da burguesia, do patronato que explora desenfreadamente as massas. Os trabalhadores, votando num ou noutro, estariam apoiando o poder de Estado e a forma de governo, que melhor poderiam manter a exploração capitalista do trabalho e melhor defender os interesses de classe do patronato contra os assalariados.

Tanto os parlamentaristas quanto presidencialistas não podem dizer a verdade, ou seja, revelar o conteúdo de classe do regime político. Isto porque deixariam transparecer que os partidos que aí estão no Congresso, o próprio

Congresso, o governo Central (executivo) e o judiciário estão sob o controle do poder econômico, e que quem tem esse poder são os banqueiros, industriais, latifundiários e grandes comerciantes.

As massas operárias, camponesas e trabalhadores da classe média urbana, que são a maioria oprimida do país, não têm nenhum poder sobre o Estado, os partidos e a democracia. O argumento da democracia popular e poder popular, levantado pela esquerda pró-burguesa, no interior do capitalismo, é pura falsificação, para atrair a atenção dos assalariados, desconfiados de tanta corrupção, desmandos e demagogia.

A mais democrática das Repúblicas, na forma parlamentarista ou presidencialista, serve aos ricos e poderosos capitalistas, ou seja, serve à minoria exploradora. É impossível as massas exercerem seu poder através da democracia burguesa, porque estariam contrariando o domínio dos capitalistas sobre o Estado, através do qual exerce a sua ditadura de classe sobre a maioria, e conserva seu poder econômico.

Quando o Brasil era colônia, o Estado colonial português explorou e massacrava escravos africanos e indígenas. Isto para fortalecer a burguesia. Depois, com a independência, e com a república, a burguesia interna, que se formou sob a base do trabalho escravo, organi-

zou o Estado capitalista para prosseguir na exploração dos trabalhadores livres (operários), camponeses e demais assalariados.

Construiu-se um sistema econômico de miséria e fome da maior parte da população. Para isso, o Estado sempre exerceu um papel totalitário. E continuará exercer, seja sob a forma parlamentarista ou presidencialista, porque a burguesia e seus partidos não podem resolver o atraso do país e a miséria das massas.

E há um agravante que impossibilita a plena democracia burguesa no Brasil. Trata-se de um país dominado de fora para dentro pelo imperialismo. A burguesia nacional está submetida ao poder das potências, que atuam por cima do Estado e do regime político, condicionando a dependência, o atraso e a superexploração do trabalho. A burguesia nacional está caduca para se utilizar da democracia contra a opressão imperialista.

Tudo isso está escondido na propaganda do plebiscito. E não pode ser revelado, porque assim os trabalhadores iriam se perguntar se não é o caso, então, da maioria lutar nas ruas por um governo revolucionário. Um governo operário e camponês, que saia da luta direta contra o poder econômico e político dos capitalistas.

PT e Plebiscito

O PT está num aparente dilema: os seus principais líderes estão a favor do parlamentarismo e a maioria está com o presidencialismo. No plebiscito interno para definir a divergência, prevê-se a vitória do presidencialismo. Os deputados (José Genoíno, Benedita da Silva, etc) parlamentaristas estão ameaçando não acatar a decisão favorável ao presidencialismo. Para que isto não venha a acontecer, vão utilizar toda a sua influência para mudar a opinião interna. Caso contrário, como é que o presidente do partido, Lula, e candidato ao governo federal, para 1994, que se expressou publicamente pelo parlamentarismo, irá à TV defender o presidencialismo?

O importante é que o PT está dividido entre duas opções do regime político burguês. Os presidencialistas estão com força no partido porque se apoiam na tese de que, com o parlamentarismo, o PT (Lula) não teria mais como chegar ao poder do Estado, uma vez que quem governará é o primeiro ministro, indicado pela Câmara parlamentar. O mesmo ocorre com o PDT de Brizola e outras frações partidárias do PFL e PMDB (Quêrcia). Com o parlamentarismo haveria de ter maioria parlamentar, o que quer dizer ter poder de voto e de determinar as alianças partidárias no interior do Estado. Os presidencialistas duvidam que teriam chance no parlamentarismo de exercer hegemonicamente o poder.

Como vemos, o que está ocorrendo é uma tremenda disputa pelo controle dos

meios do Estado que levam ao poder. Trata-se da divisão burguesa frente à desagregação do Estado e da política partidária. O PT se arrasta por detrás deste jogo d burguesia, porque já faz parte desta política e das instituições estatais. Isto explica porque parlamentaristas e presidencialistas podem conviver no PT e realizarem um plebiscito, embora tal divisão tenha servido para alimentar a tremenda luta em torno da direção do partido.

A chamada ala esquerda, como O Trabalho, tem procurado se potenciar defendendo o regime burguês presidencialista e uma linha de semioposição parlamentar ao governo Itamar (tese da oposição ativa de José Dirceu). Assim como frente ao impeachment e a Itamar o PT não teve uma posição independente aos partidos burgueses dominantes (PMDB, PSDB, etc), também frente ao plebiscito de abril capitula. Tudo em nome de democratizar a ditadura da classe da burguesia.

Não é difícil que os deputados parlamentaristas se neguem a defender o presidencialismo, uma vez que estão empenhados na aliança com o PSDB e com a ala parlamentarista do PMDB. Tudo indica que a crise política do PT se aprofundará. Ela é reflexo da decomposição generalizada dos partidos burgueses e das divisões no poder do Estado. A militância não comprometida com o carrerismo eleitoral deve romper com o PT aburguesado e se colocar por construir o Partido Revolucionário.

Ceará:

Cresce o número de saques nas cidades cearenses

A seca prolongada e a fome expulsam milhares de famílias do campo. As cidades cearenses são invadidas pelos agricultores famintos. São milhares de trabalhadores rurais que vão às cidades em busca de comida e trabalho. Até o início de fevereiro, eram 24 municípios invadidos, sendo que seis foram saqueados. Quixeramobim foi invadida seis vezes em apenas quinze dias.

Os flagelados são obrigados a saquear para sobreviver. Foi o que ocorreu no Mercantil Pimentão, no último dia 6 de fevereiro, onde 600 pessoas levaram gêneros alimentícios.

Os programas de emergência que são criados pelo governo não atendem às necessidades desses trabalhadores rurais. O próprio coordenador do Programa governamental disse que este não é para sustentar a família e sim complementar renda. Ele não disse que numa família de 7 pessoas somente uma ou duas podem ser cadastradas. Não disse que o governo atrasa o pagamento. E que os trabalhadores recebem por volta de 200 mil cruzeiros mensais. Portanto, se não é para manter a família trabalhadora, serve para quem? Para as empreiteiras de obras? Para as prefeituras que necessitam de mão de obra barata?

Para os trabalhadores

rurais não há outra via senão saquear. A fome obriga milhares de famílias a invadirem as cidades em busca da sobrevivência. Ou, então, vão à procura de mais vagas na emergência, protestar contra os atrasos no pagamento e o aumento do valor da diária.

Em Icó mais de 300 trabalhadores rurais chegaram à sede do município em busca de ajuda. Em Senador Pompeu, conseguiram levar 20 sacas de milho. Em vários lugares, como Boa Viagem, Choró-Limão, etc, não houve saques porque o prefeito contornou com a distribuição de um pouco de comida. Os comerciantes pedem ajuda da polícia para impedir os saques. Foi o que ocorreu em Caririaçu, quando 400 trabalhadores foram barrados pelo polícia.

Como se vê, a tensão é muito grande na região nordestina. A ausência de direção revolucionária para os movimentos impede a elevação da consciência dessa parcela tão importante para a revolução no Brasil. Os trabalhadores têm agido instintivamente. A construção do Partido Operário em nível nacional é a via para a transformação dos instintos da classe em consciência política, ou seja, a compreensão da necessidade de destruir o Estado burguês que os oprime.

Porque não um Salário Mínimo de 9 milhões ?

O salário mínimo foi reajustado em março para míseros um milhão e setecentos mil cruzeiros. No próximo mês, com a alta inflacionária, será reduzido a menos de 50 dólares, descendo abaixo do nível da pobreza absoluta. Enquanto isso, o custo de vida continua subindo bem mais que a inflação: quase 33% no mês passado.

O salário mínimo miserável é utilizado pelo capital para exercer a superexploração sobre os assalariados. Dois terços

dos brasileiros recebem menos de 3 salários mínimos, e metade deles recebe menos de um salário mínimo. A prática de pagar salários miseráveis é utilizada pelos capitalistas para garantir seus lucros, nas condições de exploração do imperialismo sobre o país. É principalmente através da manutenção do salário mínimo miserável que eles tiram dinheiro para continuar pagando os juros da dívida, os impostos que sustentam a especulação financeira, etc.

O SALÁRIO DEVE MANTER A FORÇA DE TRABALHO

O marxismo explica que o salário recebido pelo trabalhador nunca corresponde ao que ele produz. É da exploração do trabalho que surge o capital, é da apropriação do trabalho alheio que o capitalista tira seus lucros. Para isso, o patrão faz com que o assalariado trabalhe o dia todo produzindo as mercadorias, que valem pelo trabalho humano gasto nelas. Mas só paga ao trabalhador uma pequena parte do

Enquanto isso os trabalhadores passam fome.

Exigir o salário mínimo real de 8 milhões de cruzeiros é lutar para garantir a sobrevivência dos trabalhadores e de suas famílias. O fato do capitalismo não conseguir manter sequer a sobrevivência daqueles que escraviza mostra que é um sistema econômico que já apodreceu.

A luta pelo salário mínimo real pode unir a maioria nacional oprimida contra a classe exploradora.

trabalho executado. Essa parte deveria servir para manter vivo o trabalhador e sua família, e isso se chama salário mínimo. Mas o capitalismo entrou em sua fase de decomposição e nem isso consegue pagar, o que leva os assalariados à fome e miséria absoluta. Exigir um salário de 8 milhões é exigir que o capitalista pelo menos mantenha vivos com dignidade aqueles a quem explora.

A CUT deve lançar imediatamente uma campanha nacional de luta por essa reivindicação. Não o faz porque sua direção está comprometida com a sustentação do governo Itamar e do próprio regime político. É preciso exigir a partir dos sindicatos a convocação de assembleias que deliberem campanhas de luta organizadas e dirigidas por comandos eleitos diretamente pelas bases.

Esgota-se prematuramente a Frente Revolucionária de Esquerda

A reunião de 6 de março da Frente Revolucionária de Esquerda serviu para a CS e seus satélites (Democracia Operária de Porto Alegre, MSR de Pernambuco, PFS, etc) dissolvê-la. O objetivo da CS com a frente era arrebanhar os vários agrupamentos ligados anteriormente ao PT e formar um novo partido eleitoral esquerdista. Para atingi-lo, vetou as correntes que com ela divergiam abertamente, principalmente a TPOR que vem realizando uma crítica sistemática à sua política democratizante.

Com as eleições que se avizinham, a CS correu registrar seu partido, nos moldes exigidos pela legislação burguesa. Então para quê uma frente com correntes que se opunham ao veto, como Luta de Classes, PLP, etc e que mostraram divergências nas eleições

municipais, defendendo o voto nulo, enquanto a CS fazia campanha por Suplicy?

A tática frentista da CS mostrou-se manobrista. Não pretendia organizar as correntes da esquerda para a luta direta dos trabalhadores, mas sim arrastá-las para a formação de um partido eleitoral a partir de si própria. A denúncia de que a TPOR fez de que a CS procurava dissolver os agrupamentos numa corrente centrista democratizante se confirmou com o registro de seu partido às costas da própria Frente e com sua extinção no dia 6.

As correntes que se colocaram contra o veto resistiram à posição da CS de simplesmente acabar com a Frente. O Alinhamento formado anteriormente contra o veto pretende continuar o tra-

balho frentista. Para que possa avançar, é necessário se colocar por uma frente de luta, que evolua para uma Frente Revolucionária Antiimperialista. Assim será possível avançar as discussões políticas e programáticas.

Ao contrário disso, uma frente cúpula das correntes para travar luta ideológica entre si não tem futuro. É necessário superar o caráter de Frente proposto pela CS, que é completamente burocrático-aparelhista. Estamos de acordo com Alinhamento num trabalho frentista de luta de massa. Propomos que inicie desenvolvendo a bandeira de uma Campanha Nacional de Luta, que incorpore a resistência ao imperialismo (privatizações) e lute pela independência de classe dos assalariados.

**Abaixo a perseguição política ao POR boliviano
Todo apoio ao partido revolucionário boliviano !**

Eleição no Sindicato Metalúrgico de SP

Medeiros continua na direção e trabalhadores continuam sem instrumento de luta

Os resultados da eleição deram vitória à Força Sindical. Medeiros foi reeleito com 82,5% dos votos. Dirigirá o maior sindicato metalúrgico da América Latina por mais quatro anos. A CUT (chapa 2) obteve 9% e a CGT (chapa 3) conseguiu 4,3%. Os votos nulos e brancos quase chegaram a 3%.

A vitória da Força Sindical significa a continuidade do controle de um sindicato operário estratégico pela política pró-imperialista e pelos patrões da Fiesp. Entretanto, o importante é se perguntar porque a chapa 2 da CUT foi esmagadoramente derrotada.

Se é verdade que rios de dinheiro foram utilizados por Medeiros, com apoio direto do empresariado, também é verdade que a chapa da CUT não tem ligação alguma com as fábricas. Desta forma, o essencial de sua derrota não está unicamente nos bilhões de cruzeiros investidos na campanha de Medeiros. O fato é que, há muito tempo, os metalúrgicos da CUT se tornaram burocratas sindicais, através da burocratização do MOMSP e da decomposição política das correntes do PT e da CUT pela Base.

Para expulsar Medeiros do sindicato metalúrgico é necessário um trabalho sistemático de organização fabril e de formação de uma fração revolucionária no interior do movimento operário. Não será com as mesmas armas do peleguismo de direita e com a mesma política do sindicalismo de resultado da Força Sindical que os metalúrgicos da CUT porão fim ao reinado da casta profissional de Medeiros.

O certo é que a chapa 2 da CUT expressava o eleitoralismo e não um movimento organizado de luta antipatronal e antiburocrático. O seu não vínculo direto com a classe operária determinou o tremendo fracasso. Não foi apenas uma derrota eleitoral, foi um retrocesso em relação a conquistas organizativas anteriores da oposição metalúrgica.

O processo de formação de chapa revelou o apodrecimento político dos antigos organizadores da Oposição. A tendência de um dos setores da CUT de formar uma chapa conjunta com o MR8, braço do PMDB, que acabou

saindo com a chapa 3, comprova a perda de princípios classistas elementares. O fato desta unidade não ter vingado não foi por razões de princípios, mas sim devido à tremenda desmoralização de Bira e do MR8 no meio operário.

Um outro elemento indicativo do apodrecimento político está nos pontos programáticos da chapa 2. Neles se defende claramente a política de conciliação de classes da Articulação, como o Acordo das Montadoras feito no ABCD pela CUT. Por outro lado, enquanto se afirmava que Medeiros era filhote de Collor, não se mostrava que Itamar é continuísta do Plano pró-imperialista de Collor. Isto porque a Articulação, que dirige a CUT, apoia Itamar através do PT. Chama a atenção a submissão da Convergência Socialista, que compôs a

chapa, a esta linha programática de conciliação. O que revela o aparelhismo e o oportunismo dessa corrente.

A reeleição de Medeiros, sem dúvida, se constitui num tremendo obstáculo para o desenvolvimento das lutas operárias e para a independência dos sindicatos frente ao Estado e aos governos. Os metalúrgicos da CUT não corrompidos deverão fazer uma rigorosa avaliação e romper definitivamente com a ala apodrecida da Articulação, do MOMSP e CUT pela Base. É necessário começar por aglutinar uma tendência revolucionária em torno de um programa classista e de uma prática coerente com a luta de classes. Para avançar nessa tarefa é necessário colocar na ordem do dia a construção do Partido Operário Revolucionário.

Carta de um operário

Para que serve a despolitização dos trabalhadores

Os políticos que estão no poder, vendendo o Brasil e vivendo da miséria dos trabalhadores, trabalham pela despolitização dos assalariados. De que forma fazem isso?

Começa a dizendo que defendem os interesses de todo o povo, mas na verdade estão a serviço dos patrões. Dizem que os operários e os patrões devem viver em paz e colaborar uns com os outros, para que haja empregos e os salários aumentem. Nas eleições, se bancam representantes dos oprimidos e dizem que votar certo é um meio dos trabalhadores melhorarem suas vidas. Quando estouram as greves, explicam que os operários não podem exigir muito dos patrões, porque prejudica a economia e traz o desemprego. Finalmente, dizem que o sindicato não é para fazer política e muito menos nas fábricas.

Tudo isso vem para despolitizar os operários. Na verdade, estão levando para o interior da classe operária a política burguesa. A politização burguesa dos operários é uma forma dos partidos patronais continuarem disputando o voto da maioria trabalhadora e controlando suas consciências. Não é por aca-

so que ouvimos nas portas das fábricas companheiros nossos dizerem que nada têm a ver com a política. Essa resposta é dada quando defendemos que devemos construir nosso próprio partido operário.

Quando o operário diz que nada tem a ver com a política, por isso não se interessa em construir o partido de sua própria classe, está muito enganado. Primeiro, porque sua resposta é política, mas a política que é ensinada pelos partidos patronais. Segundo, que sem o partido da classe operária não podemos nos livrar do controle da política dos exploradores. Os patrões rezam e agem para que os operários não compreendam a necessidade de construir o seu partido, porque assim podem manter a classe trabalhadora toda a vida debaixo de seus pés.

Uma lição do movimento operário internacional é que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Para isso, é necessário construir o Partido da Revolução Proletária. Assim, estamos construindo o Partido Operário Revolucionário no Brasil, o POR.

Para retomar o sindicato,

Reconstruir a Oposição Têxtil

Os operários têxteis vêm sofrendo há muitos anos a superexploração dos capitalistas. A crise econômica, recessão, desemprego, baixos salários, etc, vêm sendo descarregadas nas costas dos assalariados em função de não existir no sindicato uma direção que organize os operários para lutarem contra essa exploração. Existe sim uma camarilha corrupta, que transformou o sindicato num meio de vida, isto é, um bando de pelegos, que sobrevivem às custas do suor dos operários. Há mais de 30 anos o sindicato está tomado por pessoas que defendem os interesses dos patrões e de seus governos, seja de ditadura militar ou de ditadura civil, como Sarney, Collor e Itamar. Promovem acordos nas costas da categoria que só aumentam os lucros empresariais.

Os operários, por sua vez, revoltados com o aumento da miséria vêm lutando espontaneamente e desorganizados, pois não confiam na direção sindical.

É em função disso que surgiu o movimento de oposição à diretoria do sin-

dicato. A oposição Têxteis da Cut desde o início se formou sobre a base de um programa que representa os anseios dos operários. Perseguida pelos patrões e pelegos do sindicato compreendeu a necessidade de construir um programa revolucionário, isto é, um programa que aponte não apenas para a organização da luta dos operários por suas reivindicações, como salário, emprego ou problemas nas fábricas, mas fundamentalmente que eleve a compreensão da classe no sentido de destruir o regime de exploração do trabalho, que se não for destruído continuará mutilando os assalariados.

A reconstrução da oposição passa por construir as frações revolucionárias no interior das fábricas, pois será o instrumento concreto de politização da vanguarda têxtil, que impulsionará a formação das comissões de fábricas clandestinas, a construção de um sindicato democrático e de luta e as campanhas nacionais de luta em defesa da sobrevivência dos operários.

Textéis

Alpargatas se funde para reduzir as despesas

A Alpargatas decidiu fundir as áreas de confecção e calçados. O objetivo dessa fusão é cortar 40% das despesas.

Nos dois últimos anos, a empresa desativou 5 fábricas e demitiu 8 mil operários e, mesmo assim, resolveu aprofundar os cortes para reduzir os custos.

A fusão implicará em mais demissões. Os patrões se protegem da crise fechando as fábricas e cortando as despesas. Os trabalhadores são jogados para fora da fábrica. Os operários, que dão a vida na produção, são descartados quando se trata de proteger o capital.

A direção pelega do sindicato nada fará para conter as demissões. Ao contrário, colaborou para que os patrões da Alpargatas fechassem as cinco fábricas.

Organizemos o movimento de resistência contra o fechamento e fusão das fábricas. Para isso, é fundamental fortalecer a Oposição Têxtil. Vamos exigir da CUT a defesa do emprego!

LUTA PELA TERRA

Vitória dos moradores do Gazuza

Qual o método de luta que os trabalhadores devem confiar?

No dia 1 de março, os ocupantes do Gazuza realizaram uma passeata até a Prefeitura de Diadema. Esta contou com 350 moradores do Gazuza e 50 do Morro do Samba. As reivindicações foram: iluminação pública, canalização do córrego, guias e asfalto nas ruas. A unidade dos ocupantes foi fundamental, pois o Morro do Samba exigia um posicionamento do prefeito petista quanto à possibilidade de ação de reintegração de posse da área, ou seja, o despejo.

Os ocupantes conseguiram furar o cerco da prefeitura e chegar até o gabinete do prefeito. Para o prefeito não havia outra saída senão ouvir as reivindicações. Foi obrigado a utilizar a forma populista para acalmar os ânimos.

Por que Felipi não chamou a polícia? Por que não usou dos mesmos métodos do prefeito "Zé Préá"? Como se vê, os petistas são às vezes obrigados a usar do populismo e não da repressão direta contra os manifestantes para conter as massas. Utilizam a mesma estratégia dos partidos burgueses, que necessitam dos trabalhadores nos momentos eleitorais, ora o populismo eleitoreiro, ora a repressão.

Os ocupantes aprenderam uma lição fundamental nessa luta pela moradia, ou seja, que o método para enfrentar o governo e os proprietários de terras é a via da ação direta. Nada de negociações em gabinetes. Mas sim grandes mobilizações para defender o direito de morar. Ocupar e resistir são

os métodos próprios da classe operária.

Morro do Samba irá ao governador Fleury

A comissão dos moradores do Morro do Samba, juntamente com o Comitê de Diadema contra a opressão social e política, estão preparando uma grande mobilização até o Palácio do Governo. Irão para exigir de Fleury a desapropriação imediata da terra e o repasse para os ocupantes.

O atendimento dessa reivindicação já tinha sido fruto de promessas do governador, no momento da campanha eleitoral. Fleury chegou até assinar um documento de desapropriação da área. Até agora não colocou em prática sua promessa. Por isso, os ocupantes irão pressionar para que cumpra o que já prometeu.

Os moradores do Morro do Samba correm o risco de serem despejados. Estão prontos a resistir ao despejo. A responsabilidade está nas mãos do governo.

Para isso, os ocupantes estão chamando os movimentos populares, sindicatos e associações a engrossarem a luta em defesa da posse imediata da terra aos ocupantes.

Vamos organizar a caravana!

Vamos participar do Comitê em defesa da ocupação e da resistência!

A violência no campo

A morte de três policiais, que disfarçados de agrimensores preparavam os informes para o despejo dos sem-terra ocupantes da fazenda Santana Campo Limpo - PR), deu lugar a uma violenta repressão policial, que acabou por executar o líder Diniz Bento da Silva. O governador do Paraná, Roberto Requião, inicialmente, autorizou a decretação de prisão provisória de todos os sem-terra maiores de 18 anos. E as 250 famílias, cerca de mil pessoas, foram sitiadas por um cerco militar. Finalmente, os militares as obrigaram a andar três quilômetros a pé fortemente vigiados por um batalhão armado de fuzis, dirigindo-as para o Centro Comunitário de Campo Limpo, onde ficaram presos.

Sob forte pressão, os sem-terra acabaram por revelar sete nomes supostamente responsáveis pela morte dos agentes disfarçados. A sede de vingança da corporação militar, treinada para assassinar, não admitia apenas a prisão das lideranças. Foram à procura de Diniz para assassiná-lo.

Estes acontecimentos demonstram a explosiva luta de classes no campo. É inevitável que as ocupações de terra e o choque com a polícia, que trabalha a mando do Estado e dos interesses dos latifundiários, no caso concreto, do Grupo Agroindustrial, derivem em mortes de PMs e de sem-terra, pois na questão da terra está embutida uma guerra civil.

Os relatórios do Movimento dos Sem Terra denunciam centenas e centenas de assassinatos de camponeses por todo o Brasil. Quanto mais aumenta o número de trabalhadores agrários sem-terra e a concentração latifundiária, mais se agudiza a luta de classes no campo. A morte dos policiais não foi consequência de marginalidade, como o governador Requião pretende passar, mas sim do conflito social em torno da posse da terra.

É fato que o crescimento do poder agroindustrial no Paraná tem arrancado das terras uma parcela de pequenos agricultores e tem, ao mesmo tempo, criado uma massa de

desempregados. Sem terra e sem emprego, as famílias de agricultores ocupam as fazendas e caminham em direção da revolução agrária, que progride lentamente devido a pouca organização do proletariado urbano.

Os inúmeros focos de luta agrária indicam que há uma resistência generalizada dos sem-terra, frente à qual os capitalistas latifundiários e o seu governo reagem com matanças, prisões e perseguições políticas. A classe operária deve defender os sem-terra e levantar a reivindicação de fim do domínio latifundiário.

A luta camponesa é decisiva para que o proletariado reúna forças de massa para derrubar o sistema de exploração do trabalho, sem o que não se põe fim à violência reacionária do poder econômico. É preciso que se diga que os assassinatos no campo, como o de Diniz Bento da Silva, é expressão da latente guerra civil que vagarosamente se gesta. A

defesa dos camponeses pobres contra os latifundiários enriquecidos e seu Estado protetor é necessária para se formar uma aliança dos explorados contra o capital opressor, ou seja, a aliança operário e camponesa.

A CUT e os sindicatos têm o dever de levar o problema agrário e da violência policial para o interior da classe operária, para que se constitua um movimento unitário dos explorados do campo e da cidade. Só assim será possível enfrentar as forças de repressão e combater as centenas e centenas de assassinatos de camponeses sem-terra.

Há que se formar os comitês contra a opressão, perseguições, prisões e assassinatos de trabalhadores. Por um movimento pela libertação imediata das lideranças presas e pela entrega das terras aos camponeses ocupantes.

Denúncia

"Orfãos da colheita"

Os "orfãos da colheita", como são chamados pelos próprios bóias-frias, são as crianças de quatro anos de idade que trabalham nas colheitas do Estado do Paraná. São as vítimas da fome e do desemprego. Essas pequenas crianças trabalham mais de 10 horas por dia e são transportadas como animais nas carrocerias abertas dos caminhões.

As crianças-trabalhadoras já são mais de 4000, somente no Paraná. São jogadas nas plantações de algodão para ajudar os pais na colheita. Comem da mesma marmitta fria das mães e soam "como bicas", como qualquer bóia-fria.

Essa cruel realidade não é fenômeno particular do Estado do Paraná, mas é parte da situação miserável em que se encontram os bóias-frias no Brasil. O desemprego, o emprego temporário, os baixos salários e as péssimas condições de vida obrigam milhares de pais a carregarem, desde cedo, seus filhos para o trabalho massacrante no campo. Esses meninos aprenderão a mais dura lição: a exploração, isto é, a venda da força

de trabalho em troca dos míseros salários. O desempenho de enorme força física para a execução da tarefa acarretará consequências no desenvolvimento harmônico e necessário de uma criança de 4 anos. São crianças que estão sendo mutiladas fisicamente pelo regime de exploração do trabalho.

Essa é a prova da barbárie do capitalismo. A solução do problema dos assalariados do campo e dessas milhares de crianças-trabalhadoras não está nessa farsa de Reforma-agrária aprovada no Congresso nacional. Essa é mais uma mentira do governo e dos vendidos petistas. As terras e a exploração no campo continuarão nas mãos dos grandes latifundiários. Os camponeses pobres e bóias-frias continuarão sendo sugados.

A resolução do problema da terra e da exploração do trabalho passaram para as mãos da classe operária em aliança com o campesinato. O que significa dizer que será através da revolução proletária que o problema do campo será solucionado.

Cai a máscara de Requião

O governador do Paraná diz ser favorável a uma reforma agrária. O reconhecimento dessa necessidade atesta a agudização da luta entre camponeses sem-terra e capitalistas agrários. Entretanto, o fato é que os governos e a burguesia são incapazes de tocar num só interesse dos senhores das terras. Pelo contrário, são obrigados a protegê-lo cada vez mais, já que cresce o seu domínio territorial e aumenta a miséria das massas agricultoras.

A crescente concentração de riqueza e de propriedade agrária acirra o choque de classes no campo. Ao invés da reforma agrária, o Estado se utiliza dos violentos despejos, repressão e assassinatos, como o do líder Diniz Bento da Silva. A decisão de Requião de ir até o fim na vingança da morte dos três agentes disfarçados de agrimensores o responsabiliza pela execução do sem-terra. O homem da reforma agrária se revela defensor dos interesses latifundiários. Esta é no fundo a política reacionária do PMDB, um partido que se diz progressista e democrático.

Por outro lado, enquanto na Câmara dos deputados se faz demagogia com a nova lei de reforma agrária, uma farsa para ludibriar os camponeses, a violência policial contra os sem-terra anda solta. A cada confronto com os latifundiários se evidencia a incapacidade do governo burguês de solucionar o problema da concentração da propriedade agrária.

A via é do fortalecimento do movimento dos sem-terra, que deve exigir da CUT a formação por todo o país de comitês de ocupação e auto-defesa.

Lei de Reforma Agrária de Itamar e PT

Haverá Reforma Agrária?

Os petistas ficaram alegres com os vetos que o presidente Itamar fez em alguns artigos da Lei de Reforma Agrária, que dificultavam e até impossibilitavam desapropriações para fins de assentamentos. Um dos principais articuladores do projeto, o deputado Pedro Tonelli (PT-PR), avaliou que "o presidente trocou a retórica populista por uma ação eficaz, que confirma sua promessa de colocar em marcha a reforma agrária (Estadão 28/2). Se considerarmos verdadeira a declaração do direitoista Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) de que "Não foi uma lei de Reforma Agrária, mas uma draconiana lei de expropriação rural", Pedro Tonelli poderia ter razão a princípio. Ocorre que nem se trata de uma lei de expropriação de terra e nem uma vontade política de Itamar realizar uma reforma agrária real. O que consta de tal lei poderia ser melhor aplicado pelo Estatuto da Terra do regime militar, que tem menos empecilhos. De onde parte o problema da terra no Brasil?

Em primeiro lugar, a concentração latifundiária é extraordinária; e em segundo, como decorrência, há uma massa de camponeses pequenos proprietários, restritos à produção familiar arcaica, e um grande contingente de sem-terra. Excetuando algumas regiões, onde a agroindústria se implantou, o restante do país permanece com uma economia agrária de subprodução. Vastas regiões territoriais são controladas por latifundiários, que mantêm a trava ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A tendência histórica de nosso campo expressa o domínio da lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo semicolonial (submissão ao imperialismo) e ao atraso, ou seja, a unidade entre a produção capitalista mais avançada (industrial) com a mais atrasada (pré-capitalista).

Qual é essa tendência histórica? É a de expulsar os camponeses das terras, conservar uma parcela na produção familiar pré-

capitalista, concentrar mais a propriedade agrária, desenvolver industrialmente algumas regiões em detrimento do conjunto, aumentar o valor especulativo das terras com a intervenção do capital financeiro e empobrecer as massas, cada vez mais dependentes. Reverter essa tendência no capitalismo seria industrializar integralmente o campo, o que significa fazer uma verdadeira revolução democrático-burguesa, impossível nas condições históricas de domínio do imperialismo. Por isso, a bandeira democrática de reforma agrária não tem vigência no interior do Brasil capitalista semicolonial.

O fato da Lei aprovada distinguir terras produtivas e improdutivas e prever a desapropriação legal com indenização do valor real da propriedade indica que se trata de uma contra-reforma. Uma real reforma agrária não se atém à compra pelo governo de algumas centenas de hectares e assentamento de algumas dezenas de famílias, como foi feito no governo Sarney, limitado a algumas fazendas improdutivas. Ela significa liquidar com o poder dos latifundiários sobre a propriedade da terra, colocá-la sob o poder estatal (nacionalização) e dispô-la ao acesso da massa camponesa. Esta tarefa democrática burguesa não pode ser levada adiante pelo governo ou por qualquer partido patronal, e muito menos pelos reformistas do PT, que sequer defendem o princípio burguês da reforma agrária.

O movimento do sem-terra deve rechegar o populismo do PT (mais perigoso que o de Itamar) e denunciar sua colaboração para a manutenção do poder latifundiário e do capitalismo. A via da reforma agrária será a da revolução agrária, ou seja, da luta direta dos camponeses pelas terras. A revolução agrária se combina com a revolução proletária, ou melhor, é parte da expropriação geral da propriedade burguesa através da revolução proletária. Pelo caminho do PT e Itamar, as massas camponesas continuarão na miséria, sem terra e duramente reprimidas em seus movimentos.

Campanha governista na Bolívia contra o POR

Temos assinalado que o trotsquismo é vítima da repressão, a isto se soma uma sistemática campanha contra ele.

Na passeata da sexta (dia 5 passado) circulou profusamente uma cópia de um artigo anteriormente publicado em "Opinião" de Cochabamba, que netre outras coisas diz:

"Vivo Rojo" nasce na década de 70. Naqueles anos, fora os gorilas que apoiavam o General Banzer, haviam oficiais que se inclinavam para o MIR e oficiais que abraçaram as idéias marxistas. "Vivo Rojo" é uma tendência marxista... Somente analisando o mecanismo da luta de classes na Bolívia

se pode falar as causas de expliquem como no interior do eixo do aparato repressivo sobreviva uma tendência que coloque a destruição do Estado Burguês...

"Vivo Rojo" não nasce por boa vontade de dois ou três oficiais, é produto da luta de classes no país, da grande influência do marxismo, do trotsquismo na Bolívia."

Distribui-se pelo correio um panfleto que denuncia que várias ONG's - Kana por exemplo - têm filiação porista e que o sr. Pinelo de Unitas não seria mais que uma marionete dos poristas, etc

Assembléia do Sinpeen

No dia 6 de março, realizou-se a assembléia do Sinpeen para discutir o reajuste concendido por Maluf. O Prefeito ofereceu 40% e o limite determinado por lei era de 93%.

A diretoria do Sindicato (PCdoB) defendeu a proposta de solicitar ao vereador Vidal Nolasco (também do PCdoB) o pedido de formação de uma CEI junto à Câmara. O objetivo é julgar e enquadrar Maluf por crime de responsabilidade por não cumprir a lei. Veja a que ponto chega os estalinistas! A outra proposta foi o abaixo-assinado com as reivindicações e a entrega coletiva com passeata até o gabinete.

Para se contrapor à ofensiva de Maluf, os professores deverão chamar a unidade com todo o funcionalismo. Deverão preparar o movimento grevista. Da CEI não sairá nenhuma reivindicação do professorado. As perdas salariais ultrapassam 300%. Nada de exigir somente o que a lei permite! A leis burguesas são feitas para proteger o governo e não para atender as necessidades reais da classe. Vamos organizar a luta contra o direitista Maluf!

Professores municipais realizam manifestação contra Maluf

Mais de 3000 professores paralisaram suas atividades para exigir de Maluf o reajuste salarial de 93%. A passeata se realizou sob forte repressão do prefeito. Maluf havia prometido demitir os funcionários que aderissem ao movimento e, para isso, iria fotografar os manifestantes. Os métodos malufistas já são conhecidos dos docentes. Os exemplos de repressão às greves dos professores estaduais servem de prova do caráter repressivo e militar do governo Maluf.

Os professores encapuçados se dirigiram à sede da Prefeitura. Os secretário do prefeito concordaram em receber uma comissão e pediram um prazo de um mês para atender a reivindicação central da classe, ou seja, o reajuste conforme a lei e a devolução do que faltou do salário de fevereiro corrigido.

Os professores aceitaram o prazo. A espera da resposta não pode significar desmobilização. Ao contrário, terá que ser um mês de preparação da greve. Caso o governo não cumpra a resposta do professorado deverá ser greve por tempo indeterminado.

Professores: Campanha Salarial

A diretoria da Apeoesp convocou a assembléia estadual para o dia 19 de março. Em nome da unidade com outros segmentos da sociedade (OAB, Igreja, etc) defendeu uma campanha salarial nos marcos da negociata parlamentar. O que não foge de sua política. Para isso, utilizou dos acordos traidores feitos nas Câmaras Setoriais, mostrando que esse deve ser o novo método de luta dos trabalhadores. Apresentou tabelas da queda do número de greve no país. Evidentemente, como qualquer pelego, para sustentar a política de colaboração de classe, que vem sendo implementada pela direção da CUT. Por fim, defendeu uma campanha limitada às pressões no Congresso Nacional e Assembléia Legislativa, ou seja, pressão aos deputados no momento da revisão da Constituição e na aprovação da aplicação de 30% do ICMS à educação.

Contrariamente a essa tática de campanha salarial, a Corrente Proletária na Educação lançou a defesa de uma campanha de luta, ou seja, de mobilização do conjunto da classe. Portanto, se opôs ao método conciliador das direções sindicais, às negociatas realizadas nas Câmaras Setoriais e a substituição da luta direta pelas pressões de gabinete. Apresentou a defesa da organização dos professores para enfrentar o governo. Mostrou que as perdas salariais não se restringem aos 16,56% desse último mês. Mas que Fleury, Quércia e outros governos vêm destruindo a educação pública. O baixo salário do professorado é parte dessa política mais ampla dos governos. Para recompor os salários é preciso recuperar o seu poder real. A defesa do piso salarial, por 20 horas de trabalho, que está em torno de 9 milhões de cruzeiros e os reajustes automáticos de acordo com a inflação devem ser nossa reivindicação central. Não se defende a educação pública se não se valoriza as condições de trabalho e salário.

Apesar do brutal arrocho salarial, uma parcela da classe resiste ir à luta. Sabemos, não bastam as condições objetivas para que a classe se mobilize. As condições subjetivas (organizativas) são fundamentais, ou seja, confiança na direção, confiança nas próprias forças, etc. É o que nos faltam.

Portanto, a nossa tarefa central é reverter esse duro quadro. O que significa recompor nossas forças (que foram tão importantes no passado). Ou nós saímos dessa paralisia (imposta pela política da diretoria da Apeoesp) e vamos organizar a resistência contra o arrocho salarial e

em defesa da escola pública ou permaneceremos prostrados perante à ofensiva reacionária do governo.

A greve é a única via de enfrentamento real com o governo. Os outros mecanismos, como pressão na Assembléia Legislativa, Secretaria da Educação, etc, devem estar subordinados à estratégia da mobilização direta dos docentes. De nada adianta visitarmos todos os dias os parlamentares e o Secretário da Educação se a classe permanece alheia nas escolas. A nossa campanha salarial deve partir desse pressuposto básico.

A assembléia estadual do dia 19 de março deve aprovar um proposta de combate. Nada de paralisações inócuas. Chega de se reunir mensalmente na Praça da República sem nenhuma perspectiva de luta. É hora de dar um basta às propostas falaciosas da diretoria da Apeoesp. Vamos organizar a classe para recompor nossas forças. Vamos usar os métodos de luta dos trabalhadores e não os da burguesia.

Nossas propostas:

1. Organizar, a partir das escolas, os professores para o combate à política de Fleury:

a) discussão da situação real dos salários e das condições de trabalho.

b) que os representantes de escolas organizem debates, reuniões, etc, com objetivo de esclarecimento das propostas do movimento

c) que as escolas paralise para a assembléia do dia 19 de março.

2. Que a assembléia vote:

a) A pauta de reivindicação da campanha salarial: Reposição de todas as perdas salariais, reajustes automáticos de acordo com a inflação, piso da categoria (com base no salário mínimo real por 20 horas de trabalho)

b) Que a pauta de reivindicação seja entregue ao governo pelo conjunto dos professores e diretoria da Apeoesp. Que haja, portanto, a entrega coletiva de nossas propostas.

c) Um prazo ao governo para que nos atenda as reivindicações. Marquemos um prazo para que o governo cumpra a sua parte. Busquemos a resposta do governo com uma grande assembléia.

d) Caso o governo não cumpra, a nossa palavra de ordem deve ser a greve.

e) Que a Apeoesp chame os funcionários públicos para a luta conjunta. A unidade com o funcionalismo é fundamental para quebrar com a ofensiva de Fleury contra os serviços públicos.

Vamos à luta!

Realizada a XI Conferência do Comitê de Enlace

Na última semana de fevereiro, foi realizada, na Argentina, a XI Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Participaram dela a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (Brasil), o Comitê Construtor do POR (Argentina), o Comitê Construtor do POR (Chile) e o Socialismo Revolucionário (Uruguai). A ausência do POR boliviano foi justificada por razões de ordem política. Como atividade pública, o POR argentino preparou dois debates realizados em Rosário e Buenos Aires, objetivando analisar e discutir a crise mundial do capitalismo e suas manifestações nos países em que o Comitê de Enlace se constrói.

A partir dos informes da situação política de cada país e da análise dos últimos acontecimentos internacionais, como o aumento da recessão nas potências imperialistas, a guerra civil na Iugoslávia, a retomada das agressões norte-americanas sobre o Iraque, a decomposição econômica e política da Rússia, submetida às pressões restauracionistas do capitalismo, o avanço do internacionalismo imperialista, a formação dos blocos protecionistas das potências e a agudização da guerra comercial, verificou-se que a crise e a decomposição do capitalismo mundial mantém sua marcha ascendente. Nada indica uma reversão da política de destruição de parte das forças produtivas (recessão, desemprego), do incremento da opressão nacional, da divisão interburguesa pela disputa do mercado saturado e do intervencionismo bélico.

Pelo contrário, a tendência do imperialismo é pressionar ainda mais as nações semicoloniais e reforçar a ofensiva de domínio sobre a Europa Oriental (Leste Europeu e Rússia). A expansão do saque imperialista, combinado com destruição de parte das forças produtivas mundiais, atinge mais fundo a vida das massas. Sobre a América Latina pesam as exigências de desnacionalização, através dos planos de desestatização e abertura de mercado e política monetarista recessiva.

A tendência é das massas reagirem instintivamente em defesa de suas condições elementares de vida. Cabe aos partidos revolucionários em construção se apoiarem nas necessidades vitais da população trabalhadora para organizar movimentos de massa que evoluam

para a luta antiimperialista e anticapitalista. A resistência à ofensiva da opressão nacional é fundamental para a classe operária organizar um movimento de maioria nacional, que, em choque com o imperialismo e seus servos internos (a burguesia nacional), amadureçam as condições para a luta anticapitalista, ou seja, para a revolução proletária.

A construção dos partidos revolucionários é a condição para potencializar o Comitê de Enlace e possibilitar influenciar internacionalmente o movimento revolucionário das massas. Finalmente, neste ponto da análise de situação mundial, o Comitê de Enlace aprovou um manifesto que será distribuído por todas as seções.

Quanto ao Boletim Internacional do Comitê de Enlace, foram elaborados os artigos, destacando-se a necessidade da luta antiimperialista como fundamental para as massas avançarem contra as estruturas capitalistas. No interior desta campanha, coloca-se a defesa do POR boliviano cada vez mais perseguido e ameaçado pelas forças da repressão.

Os demais pontos foram de ordem organizativa. Foi negado o pedido de participação da Fração TPI, surgida do Comitê Construtor do POR Argentino, pelo fato de, no seu documento, terem uma caracterização liquidacionista do embrião do partido operário ar-

gentino e por não se disporem estabelecer um quadro de discussão leal das divergências. A evolução da ruptura dependerá da compreensão que a FTPI venha a ter da crítica do Comitê de Enlace ao seu documento.

Um dos pontos mais positivos da XI Conferência foi a participação do grupo Chileno, que poderá ter sua integração formalizada pelo Comitê de Enlace na próxima reunião. Neste sentido, se tirou como tarefa a convocação de um Congresso de Fundação do Comitê Construtor do POR Chileno, em que se estabeleça claras posições revolucionárias em sua resolução.

Derrota de Yeltsin no Congresso Russo aprofunda crise

O Congresso dos Deputados do Povo (antigo Soviete Supremo) russo rejeitou a proposta de Yeltsin de aumentar os poderes do poder executivo através de um plebiscito e passar ao seu controle o Banco Central e as finanças russas, atualmente sob controle do parlamento. A rejeição ocorreu em meio a protestos por todas as partes do país contra a crise econômica que assola a Rússia. Os deputados, em sua grande maioria de origem estalinista, não se opõem de fato à restauração capitalista, que promove Yeltsin, mas sim à ampliação dos poderes do presidente, e a conseqüente redução dos seus próprios.

A ameaça de Yeltsin com uma suposta "opção final" (golpe), diante da rejeição de seus planos, não surtiu efeitos. A luta entre as frações burocráticas prossegue, e esta sim pode levar ao confronto armado. A luta interburocrática não levará a mais uma ditadura tipicamente estalinista, como teme a imprensa internacional, mas pode levar a uma verdadeira guerra civil.

A ameaça de dissolução do Congresso por Yeltsin indica tendências golpistas, que vêm no sentido de implantar uma ditadura pró-capitalista.

Os governos das potências imperialistas estão se movimentando para sustentar o plano de restauracionista de Yeltsin e auxiliá-lo na implantação da ditadura. As manifestações crescentes das massas com a economia de mercado, ou seja, economia de desemprego e fome, são um perigo para Yeltsin e para os objetivos do imperialismo.

Para enfrentar o autoritarismo crescente de Yeltsin e a política econômica que busca restaurar o capitalismo, é preciso estruturar um partido revolucionário na Rússia.

Um partido que defenda a luta das massas em defesa das conquistas da Revolução Russa de 1917 e a Revolução Mundial Socialista. Um partido que se organize defendendo a revolução política que derrubará a burocracia e devolverá o poder às massas, que o exercerão contra a burguesia que pretender se levantar.